

**A HETEROGENEIDADE SOCIOESPACIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CRÍTICAS E INCLUSIVAS NA ESCOLA PÚBLICA
BRASILEIRA**

**SOCIO-SPATIAL HETEROGENEITY IN GEOGRAPHY EDUCATION: CRITICAL
AND INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN BRAZILIAN PUBLIC
SCHOOLS**

**LA HETEROGENEIDAD SOCIOESPACIAL EN LA ENSEÑANZA DE
GEOGRAFÍA: PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS CRÍTICAS E INCLUSIVAS EN LA
ESCUELA PÚBLICA BRASILEÑA**



<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n2-015>

Genilson Pereira da Silva Senrra

Mestre em Ciência da Educação

Instituição: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Endereço: Lisboa, Portugal

E-mail: genilsonsenrra.professor@gmail.com

RESUMO

A heterogeneidade socioespacial tem se mostrado um desafio pedagógico relevante no contexto da escola pública brasileira, especialmente no ensino de Geografia. Este estudo tem como objetivo analisar estratégias didáticas e formativas que possibilitem a valorização das diferenças socioespaciais no ambiente escolar, com base em experiências desenvolvidas com uma turma do 7º ano. A pesquisa, de caráter qualitativo, articula revisão bibliográfica e relato de experiência, buscando evidenciar como a diversidade territorial pode ser mobilizada como recurso pedagógico significativo. Os resultados apontam que a compreensão crítica do espaço geográfico, ancorada nos estudos de Milton Santos, favorece práticas educativas mais inclusivas e contextualizadas. Além disso, destaca-se o papel do professor como mediador na construção de saberes territoriais e na promoção de uma aprendizagem sensível às realidades dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Heterogeneidade Socioespacial. Escola Pública. Prática Docente. Educação Crítica.

ABSTRACT

Socio-spatial heterogeneity has become a relevant pedagogical challenge in the context of Brazilian public schools, particularly in Geography teaching. This study aims to analyze didactic and formative strategies that allow the appreciation of socio-spatial differences within the school environment, based on practices developed with a 7th-grade class. This qualitative research combines bibliographic review and experience report, seeking to show how territorial diversity can be mobilized as a meaningful pedagogical resource. The results indicate that a critical understanding of geographic space, grounded in the theories of Milton Santos, enhances more inclusive and contextualized educational practices. Furthermore, it highlights the teacher's role as a mediator in the construction of territorial knowledge and in promoting learning that is sensitive to students' realities.

Keywords: Geography Teaching. Socio-spatial Heterogeneity. Public School. Teaching Practice. Critical Education.

RESUMEN

La heterogeneidad socioespacial se ha convertido en un desafío pedagógico relevante en el contexto de las escuelas públicas brasileñas, especialmente en la enseñanza de Geografía. Este estudio tiene como objetivo analizar estrategias didácticas y formativas que permitan valorar las diferencias socioespaciales en el entorno escolar, a partir de prácticas desarrolladas con una clase de séptimo grado. La investigación, de carácter cualitativo, articula revisión bibliográfica y relato de experiencia, con el fin de evidenciar cómo la diversidad territorial puede convertirse en un recurso pedagógico significativo. Los resultados muestran que la comprensión crítica del espacio geográfico, basada en los estudios de Milton Santos, favorece prácticas educativas más inclusivas y contextualizadas. Además, se destaca el papel del docente como mediador en la construcción de saberes territoriales y en la promoción de un aprendizaje sensible a las realidades del alumnado.

Palabras clave: Enseñanza de Geografía. Heterogeneidad Socioespacial. Escuela Pública. Práctica Docente. Educación Crítica.

1 INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira é um espaço marcado por profundas contradições, onde diferentes realidades socioespaciais coexistem e se expressam nas relações pedagógicas cotidianas. Essas desigualdades se refletem nas condições de acesso, permanência e participação dos estudantes no processo educativo, exigindo dos educadores um olhar sensível e atento à diversidade presente em sala de aula. O ensino de Geografia, ao tratar das relações entre sociedade e espaço, torna-se campo fértil para refletir criticamente sobre essas heterogeneidades.

A heterogeneidade socioespacial refere-se à coexistência de diferentes grupos sociais em distintos territórios, revelando desigualdades econômicas, culturais e de infraestrutura urbana. Compreender tais diferenças no contexto escolar é essencial para que a prática docente dialogue com o território vivido pelos estudantes, valorizando suas experiências e construindo pontes entre o conteúdo curricular e a realidade cotidiana. Esse movimento é fundamental para uma educação que almeja a transformação social.

Na Geografia escolar, o espaço não pode ser tratado como algo homogêneo e neutro. Segundo Milton Santos, o espaço geográfico é produto da ação humana em interação com as técnicas e estruturas sociais, o que evidencia sua complexidade e multiplicidade. Desse modo, ao abordar o espaço vivido pelos alunos, o professor de Geografia precisa considerar as desigualdades socioespaciais que moldam o ambiente escolar, o bairro e a cidade onde vivem. Essa abordagem favorece a construção de um conhecimento geográfico crítico e situado.

A prática pedagógica em Geografia exige, portanto, estratégias que articulem o conteúdo científico com a vivência dos estudantes. Projetos interdisciplinares, atividades artísticas, saídas de campo e o uso de mapas mentais e afetivos são algumas das possibilidades que permitem aos alunos lerem o mundo a partir de sua própria realidade. Tais práticas ampliam a compreensão do espaço como construção social e promovem o protagonismo discente na produção do saber escolar.

No contexto das escolas públicas, os desafios são ainda mais complexos. A precarização da infraestrutura, a escassez de recursos didáticos e a sobrecarga docente dificultam a implementação de metodologias ativas e contextualizadas. Ainda assim, professores comprometidos têm buscado formas criativas de tornar o ensino de Geografia mais significativo, aproximando os conteúdos escolares da realidade social dos alunos e promovendo o pensamento crítico.

O projeto desenvolvido com a turma 701 do 7º ano em uma escola pública surgiu justamente desse esforço de conectar o conteúdo curricular à realidade vivida. A proposta teve origem nas discussões em sala de aula, a partir das apresentações dos alunos sobre as diferenças dentro da própria turma. A heterogeneidade ali percebida foi ressignificada como potência pedagógica e transformada em projeto para toda a escola, envolvendo diversas linguagens e expressões.

Durante o evento, os alunos protagonizaram apresentações que incluíram teatro, dança, desfile e exposições de cartazes, além de releituras da obra "Operários", de Tarsila do Amaral. Os retratos criados pelos estudantes revelavam as múltiplas identidades da turma, destacando os contrastes sociais, culturais e econômicos que compõem a vivência escolar. Essa experiência permitiu que a geografia saísse do livro e ganhasse corpo no cotidiano escolar, tornando-se uma prática viva.

Esse tipo de iniciativa contribui para desconstruir a visão tradicional de ensino, centrada na transmissão de conteúdos descontextualizados. Em seu lugar, propõe-se uma educação que parte do território, da vivência e da escuta sensível, valorizando a experiência dos estudantes como ponto de partida para a construção do conhecimento. Essa abordagem dialoga com os princípios de uma pedagogia freiriana, que defende o respeito ao saber do educando e sua inserção no mundo.

Além disso, o projeto revelou a importância de trabalhar com a heterogeneidade como elemento estruturante do fazer pedagógico, e não como obstáculo. Ao reconhecer as diferentes histórias e trajetórias dos alunos, a prática docente ganha densidade e sentido, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e atuantes em seus espaços. A escola torna-se, assim, espaço de resistência e criação.

Do ponto de vista teórico, estudos como os de Almeida e Sampaio apontam para a urgência de se considerar a fragmentação socioespacial no planejamento curricular da Geografia. O não reconhecimento dessas desigualdades gera distanciamento entre o aluno e o conteúdo, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. É necessário, portanto, um ensino geográfico que assuma sua dimensão política, ética e emancipatória.

A literatura também aponta que o trabalho docente em contextos de vulnerabilidade requer formação continuada e apoio institucional. Estratégias como a formação em serviço, o trabalho colaborativo entre professores e o uso de recursos digitais podem fortalecer as práticas pedagógicas e promover maior equidade nas oportunidades educacionais. A valorização das especificidades locais e culturais deve orientar as ações didáticas e curriculares.

Diante disso, este artigo propõe refletir sobre a heterogeneidade socioespacial como categoria analítica e prática pedagógica no ensino de Geografia. A partir de uma experiência vivida em escola pública, articulada com a revisão bibliográfica sobre o tema, busca-se compreender como os professores podem transformar as diferenças presentes em sala de aula em elementos potentes para a aprendizagem. Mais do que um relato, trata-se de uma defesa da escola como espaço de escuta, expressão e criação coletiva.

Espera-se que a experiência compartilhada aqui inspire outros educadores a reconhecerem e valorizarem a heterogeneidade como condição constitutiva do ambiente escolar. A Geografia, enquanto disciplina que lida com o espaço e suas dinâmicas, tem papel fundamental na formação de sujeitos

capazes de ler criticamente o mundo e intervir sobre ele. A escola pública, nesse processo, continua sendo lugar de luta, esperança e transformação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A heterogeneidade socioespacial é um conceito estruturante na Geografia crítica e se revela como um desafio constante no contexto da educação pública brasileira. A diversidade de condições de moradia, infraestrutura, renda e acesso a bens urbanos impacta diretamente a vivência escolar dos estudantes. A escola, como espaço social, reflete essas desigualdades, sendo muitas vezes o único local de acesso ao conhecimento formal e à mediação crítica do mundo. É nesse cenário que o ensino de Geografia precisa se posicionar como prática emancipatória, comprometida com a leitura e a transformação da realidade.

Milton Santos é referência incontornável quando se trata de compreender o espaço como totalidade, formado por sistemas de objetos e de ações. Seu pensamento permite interpretar a heterogeneidade como produto da construção socioespacial desigual, gerada pelas forças econômicas e políticas que organizam o território. Essa abordagem amplia o papel da escola e do ensino geográfico ao revelar que os sujeitos não estão apenas em lugares distintos, mas vivenciam o espaço de formas desiguais. O professor, portanto, precisa estar atento às rugosidades e contradições do espaço vivido.

Segundo Suzano Junior (2021), a concepção renovada de Geografia defendida por Milton Santos propõe uma leitura crítica das rugosidades espaciais, valorizando o território como campo de disputas e resiliências. Essa perspectiva deve orientar o trabalho docente ao considerar as experiências espaciais dos estudantes não como obstáculos, mas como elementos fundantes da aprendizagem. Assim, o espaço escolar se torna arena de construção de saberes que dialogam com o cotidiano e a cultura dos alunos.

Estudos como os de Felício (2021) destacam que a paisagem e suas heterogeneidades são recursos didáticos potentes para a mediação pedagógica em Geografia. Quando os alunos reconhecem suas territorialidades no conteúdo escolar, há maior engajamento e apropriação do saber. A análise da paisagem permite compreender a ocupação desigual do espaço urbano e rural, revelando os processos de exclusão e resistência presentes no território. Esse movimento aproxima o currículo da vivência dos sujeitos.

Outro ponto relevante é o papel da linguagem e da expressão artística na leitura do espaço. O trabalho de Santos (2024) exemplifica como o teatro pode ser uma ferramenta eficaz para o ensino da Geografia, especialmente em contextos marcados pela diversidade. A encenação, ao permitir a dramatização de conflitos e identidades, ajuda os estudantes a construir um olhar crítico sobre o lugar que ocupam. Tais práticas favorecem a articulação entre afeto, conhecimento e consciência

espacial.

O ensino de Geografia na escola pública deve ainda considerar as limitações materiais e estruturais que impactam o cotidiano docente. Sousa (2016) observa que, mesmo em contextos de escassez, professores desenvolvem estratégias criativas de ensino que valorizam a realidade local. O uso de mapas mentais, projetos de campo, fotografias e relatos orais são exemplos de abordagens que potencializam o ensino mesmo em condições adversas, fortalecendo o vínculo entre escola, comunidade e território.

A perspectiva crítica sobre o ensino de Geografia também exige uma reinterpretação do papel docente. Santos J.E. (2019) destaca que a reforma do ensino médio, ao ignorar a formação crítica sobre o espaço, esvazia a função da Geografia como disciplina formativa. Nesse contexto, cabe ao professor resistir às propostas tecnicistas e revalorizar o saber geográfico como ferramenta para a leitura do mundo e para a ação transformadora. Isso exige formação continuada e compromisso com a justiça social.

Cirqueira (2010) reforça a importância de considerar as dimensões étnico-raciais na compreensão da heterogeneidade socioespacial. A trajetória de Milton Santos, como intelectual negro, expressa a relação entre corpo, espaço e teoria, ampliando o entendimento sobre as múltiplas violências que atravessam o território. Incorporar essa perspectiva ao ensino de Geografia é fundamental para combater o racismo estrutural e promover práticas pedagógicas inclusivas e antidiscriminatórias.

A valorização do “lugar” como categoria analítica ganha força em propostas como a de Dantas e Santoro (2019), que defendem o reconhecimento das vivências territoriais dos alunos como ponto de partida para a aprendizagem. O projeto “O Meu Lugar” exemplifica como a escuta sensível das experiências dos estudantes pode reconfigurar o espaço escolar em um lugar de pertencimento e identidade. Essa abordagem está em consonância com os princípios freirianos de educação dialógica e libertadora.

A escola, ao reconhecer a heterogeneidade como constitutiva do espaço geográfico, assume sua função social e crítica. Alcobia (2021) afirma que é preciso repensar a função educativa da escola diante das transformações impostas pela globalização e pela reconfiguração dos espaços urbanos. A Geografia, nesse contexto, deve oferecer instrumentos para que os estudantes compreendam seu lugar no mundo, seus direitos territoriais e suas possibilidades de ação coletiva, tornando-se agentes de mudança.

3 METODOLOGIA

presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e interpretativa, tendo como objetivo central compreender como a heterogeneidade socioespacial se manifesta no

ensino de Geografia em escolas públicas brasileiras, a partir de uma experiência pedagógica vivida. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa é indicada quando se pretende compreender fenômenos complexos que envolvem significados, relações sociais e subjetividades. Por se tratar de uma prática pedagógica situada em contexto escolar específico, optou-se por uma investigação que valoriza o sentido das ações e das experiências vividas.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que envolve dimensões culturais, sociais, espaciais e educacionais. Como destaca Minayo (2010), esse tipo de pesquisa permite captar a totalidade dos fenômenos, considerando suas múltiplas determinações. No caso do ensino de Geografia, compreender a heterogeneidade socioespacial exige a escuta sensível dos sujeitos envolvidos, bem como a análise das condições objetivas e simbólicas que compõem o espaço escolar e sua relação com o território vivido pelos alunos.

A metodologia foi delineada com base em uma pesquisa de campo com caráter de relato de experiência e uma revisão bibliográfica sistemática. O relato de experiência, segundo Ghedin e Franco (2011), é uma estratégia científica legítima para registrar, refletir e analisar criticamente práticas educativas vividas. Ao mesmo tempo, a revisão bibliográfica fundamentou-se em textos científicos que discutem a heterogeneidade espacial, o ensino de Geografia e a prática docente crítica, oferecendo suporte teórico à análise da experiência desenvolvida com os alunos da turma 701.

Os dados empíricos foram construídos a partir da observação participante durante o desenvolvimento do projeto escolar, registrando as atividades pedagógicas realizadas, os materiais produzidos pelos alunos e os relatos orais espontâneos surgidos nas apresentações e interações. Essa coleta de dados seguiu os princípios da ética na pesquisa com seres humanos, conforme orientações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, mesmo sem envolver instrumentos formais como entrevistas ou questionários. Toda descrição da experiência respeitou a identidade e o contexto dos participantes.

Para a análise do material empírico, foi adotada a técnica de análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016), cuja estrutura compreende três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A análise de conteúdo permitiu categorizar os dados segundo eixos temáticos como: diversidade na sala de aula, espaço vivido e representado, estratégias didáticas interativas, e reflexões dos alunos sobre o território. Essa metodologia favoreceu a articulação entre prática pedagógica e construção de conhecimento geográfico.

A revisão bibliográfica que compôs a parte teórica do trabalho foi realizada com base em obras de referência em Geografia crítica, metodologias de ensino e estudos sobre desigualdade socioespacial. Foram utilizados artigos indexados em bases como Scielo, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, priorizando publicações dos últimos sete anos. Também foram incluídos livros clássicos e recentes de

autores como Milton Santos, Paulo Freire, Sueli Gadelha, e documentos oficiais como a BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Essa combinação de fontes garantiu um panorama teórico consistente e atualizado.

No que se refere ao recorte temporal, a experiência ocorreu ao longo do ano letivo, com ênfase no segundo semestre, quando os alunos do 7º ano desenvolveram e apresentaram o projeto interdisciplinar que tematizou a heterogeneidade da própria turma. O registro e a sistematização do projeto foram realizados de maneira contínua, com registros descritivos, produção de cartazes, encenações, releituras artísticas e rodas de conversa. O tempo pedagógico foi compreendido como elemento constitutivo da análise, respeitando o ritmo escolar e os processos formativos dos estudantes.

A metodologia também considerou o território como categoria-chave de análise, inspirada na concepção de Milton Santos, que entende o espaço como uma totalidade concreta, resultado da combinação entre fixos e fluxos, técnica e vida cotidiana. Essa compreensão permitiu observar como os alunos reinterpretaram suas vivências a partir dos conteúdos discutidos em Geografia, atribuindo significados novos ao lugar que habitam. O espaço escolar foi compreendido como um prolongamento do território vivido e um campo de disputas simbólicas e políticas.

Do ponto de vista da validade científica, a pesquisa foi organizada a partir de critérios como coerência entre objetivos, procedimentos e análise; clareza na delimitação do objeto; e rigor na articulação entre prática e teoria. A triangulação de dados empíricos e fontes bibliográficas, segundo Franco (2020), é essencial para conferir densidade interpretativa às pesquisas qualitativas. Assim, a metodologia foi conduzida com base em princípios éticos, epistêmicos e políticos, valorizando o contexto escolar e seus sujeitos.

Em síntese, a metodologia adotada permitiu não apenas compreender uma prática pedagógica em Geografia, mas também propor uma reflexão crítica sobre os desafios da heterogeneidade socioespacial na escola pública. Ao articular o olhar teórico com a escuta atenta da experiência educativa, a pesquisa construiu caminhos para fortalecer o ensino da Geografia como prática crítica e significativa. A metodologia, nesse sentido, foi instrumento de análise e de resistência, comprometida com a transformação da realidade escolar por meio do conhecimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da prática pedagógica desenvolvida com a turma do 7º ano revelou a potência de se trabalhar a heterogeneidade socioespacial a partir da vivência dos próprios alunos. A proposta, inicialmente concebida como uma atividade interdisciplinar, transformou-se em um projeto de leitura do território vivido e das diferenças presentes na própria sala de aula. As atividades integraram teatro, releitura artística e exposições, colocando os estudantes como protagonistas de uma investigação sobre

sua condição social e espacial.

A experiência permitiu aplicar, na prática, a concepção de Milton Santos sobre o espaço como uma construção social, resultado da ação humana articulada às técnicas e ao território. Ao serem convidados a refletir sobre suas trajetórias, os alunos puderam perceber-se como sujeitos que ocupam lugares distintos e desiguais. Essa percepção foi fundamental para ampliar o sentido do conteúdo geográfico e aproximá-lo das vivências cotidianas dos discentes, conforme apontam Castro e Santos (2025).

Santos (2024) defende que, ao aliar teatro e Geografia, é possível trabalhar dimensões subjetivas e afetivas do espaço. Foi justamente essa a proposta realizada na escola pública em questão. Os estudantes dramatizaram situações inspiradas nas diferenças socioeconômicas, culturais e raciais que identificaram entre si, favorecendo um debate sobre segregação urbana e desigualdades. A construção coletiva das cenas fortaleceu o vínculo com os conteúdos e promoveu um espaço de escuta e expressão.

Durante o projeto, os alunos produziram cartazes que comparavam diferentes realidades urbanas do entorno da escola, utilizando elementos como infraestrutura, acesso a serviços, transporte e moradia. Segundo Marvila (2020), essas atividades visuais são estratégias eficazes para mobilizar o pensamento geográfico, sobretudo em turmas do ensino fundamental. A heterogeneidade passou, assim, de uma condição observada para uma categoria de análise crítica.

Os dados obtidos por meio de observações e registros escritos demonstram que, quando os alunos identificam suas realidades no conteúdo escolar, há maior engajamento e apropriação do conhecimento. Isso vai ao encontro do que afirma Martins (2024), ao destacar que o ensino da Geografia só é significativo quando parte da tessitura de sentidos construída pelos sujeitos. A contextualização do conteúdo promoveu uma ressignificação das aulas, ampliando a capacidade crítica dos estudantes.

A heterogeneidade socioespacial, quando reconhecida como elemento formativo, pode se tornar potente aliada na construção do currículo escolar. De acordo com Silva (2018), as juventudes que vivem a desigualdade no cotidiano devem ser vistas não como alvo de compensação, mas como sujeitos de conhecimento. Isso exige do professor uma escuta ativa e estratégias que valorizem o território vivido como material pedagógico.

A experiência relatada reafirma o que afirma Sousa (2016), ao defender que a Geografia escolar deve priorizar o espaço vivido, reconhecendo as marcas das desigualdades no cotidiano dos alunos. Trabalhar com a própria turma como objeto de estudo foi uma forma de revalorizar o conhecimento local, promovendo identificação entre os discentes e o conteúdo curricular. Esse movimento fortaleceu a identidade coletiva e ampliou a compreensão sobre cidadania.

Além da produção artística e textual, os alunos realizaram uma releitura da obra *Operários*, de Tarsila do Amaral, compondo um mosaico com seus próprios retratos. Essa atividade foi destacada como significativa por permitir que os estudantes se vissem como sujeitos históricos em uma paisagem social. A arte, nesse sentido, funcionou como linguagem mediadora da compreensão do espaço, como também defendem Lima Júnior (2021) e Cirqueira (2010).

O projeto também revelou desafios importantes. Muitos alunos demonstraram, no início, resistência ou desconhecimento sobre os conceitos abordados. No entanto, a mediação sensível e o vínculo afetivo com os professores contribuíram para superar essas barreiras. A gradual apropriação dos conteúdos e o entusiasmo com as apresentações indicam que o tempo escolar, quando bem-organizado, é capaz de potencializar o desenvolvimento cognitivo e crítico dos estudantes.

As avaliações diagnósticas aplicadas no início e ao final do projeto revelaram avanços significativos na compreensão dos conceitos de desigualdade, espaço geográfico, segregação e cidadania. Os alunos passaram a utilizar vocabulário mais específico e a relacionar suas vivências com as discussões trazidas nas aulas. Esse avanço comprova o que defende Santos (2006), ao afirmar que o espaço é também um produto cultural e simbólico, e deve ser ensinado com base nessa complexidade.

Castro e Santos (2025) também reforçam que a heterogeneidade da população deve ser contemplada na abordagem do espaço, respeitando as dimensões étnico-raciais, culturais e de classe. Ao propor a análise da turma a partir desses marcadores, a experiência pedagógica contribuiu para ampliar a consciência dos alunos sobre os processos que moldam suas vidas e os espaços que ocupam, promovendo uma aprendizagem situada e politizada.

As discussões promovidas durante o projeto também mostraram que os alunos valorizam oportunidades de se expressarem por meio de linguagens alternativas, como arte, performance e oralidade. A diversidade de estratégias didáticas, defendida por Santos e outros autores da Geografia crítica, mostrou-se fundamental para dialogar com diferentes formas de aprender e ensinar. A escuta e o acolhimento das expressões dos estudantes foram elementos-chave do sucesso da proposta.

Mesmo diante da escassez de recursos materiais na escola, a criatividade docente e o compromisso com a transformação social foram capazes de garantir a realização do projeto. Esse dado reforça o argumento de Silva (2017), ao demonstrar que as condições adversas das escolas públicas não anulam as possibilidades de práticas pedagógicas emancipadoras, desde que estas estejam ancoradas na realidade dos alunos e no território.

A escolha da heterogeneidade socioespacial como eixo gerador permitiu transitar por temas como mobilidade urbana, habitação, saneamento, cultura e identidade. Esses temas dialogam com a proposta de um currículo geográfico vivo, comprometido com a leitura crítica do mundo. Como aponta Martins (2024), a Geografia escolar deve dar voz aos sujeitos do território, rompendo com a lógica dos

conteúdos descolados da realidade.

A construção coletiva do projeto exigiu reorganização do tempo pedagógico e maior articulação entre os professores das diferentes disciplinas. A interdisciplinaridade foi elemento fortalecedor da proposta, ao permitir múltiplas leituras do espaço e articulações entre corpo, arte e ciência. O trabalho em equipe também fortaleceu o vínculo entre os docentes e a autonomia da escola na condução de práticas inovadoras.

A devolutiva dos alunos ao final do projeto revelou o impacto afetivo e formativo da experiência. Muitos relataram, espontaneamente, que se sentiram mais vistos, mais ouvidos e mais interessados pelas aulas de Geografia. Essa percepção reforça a ideia de que práticas pedagógicas que valorizam o cotidiano dos estudantes produzem efeitos duradouros na aprendizagem e na relação com o conhecimento escolar.

As famílias também participaram do evento final e relataram surpresa com a qualidade das apresentações dos alunos. Esse envolvimento ampliou o alcance do projeto, reforçando a função social da escola e sua capacidade de dialogar com a comunidade. Como destaca Santos (2006), o espaço escolar é uma extensão do espaço vivido, e sua abertura à participação comunitária fortalece os vínculos sociais.

Outro resultado importante foi a visibilidade que o projeto conferiu à própria turma 701, anteriormente estigmatizada por sua suposta "bagunça" ou "desorganização". A valorização de suas experiências contribuiu para romper com estigmas e reconfigurar a identidade da turma dentro da escola. O espaço da sala de aula foi ressignificado como território de potência e expressão, conforme discutido por Barthão Suzano Jr. (2021).

A experiência demonstrou que é possível ensinar Geografia com compromisso ético, político e estético, mesmo em contextos marcados por vulnerabilidade social. O trabalho com a heterogeneidade não deve ser evitado, mas sim incorporado como chave interpretativa da prática pedagógica. A leitura crítica do espaço, aliada à valorização das vozes dos estudantes, fortalece a escola como lugar de transformação e justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender a complexidade que envolve a formação docente para o uso de novas tecnologias educacionais, com foco especial na Inteligência Artificial. Ficou evidente que, embora a IA já esteja presente no cotidiano digital e em materiais didáticos, a sua incorporação consciente e crítica no espaço escolar ainda é um desafio a ser enfrentado pelas instituições formadoras, redes públicas de ensino e políticas educacionais. A ausência de formação voltada à reflexão ética, pedagógica e epistemológica sobre o uso dessas tecnologias evidencia a

necessidade urgente de revisão dos currículos e das práticas formativas.

A análise documental e o relato de experiência revelaram o distanciamento entre os currículos dos cursos de licenciatura e as demandas da realidade escolar. A abordagem tradicional, ainda dominante, não contempla a heterogeneidade socioespacial vivenciada nas escolas públicas brasileiras, o que compromete a efetividade da formação docente. Foi possível identificar que o ensino de Geografia, sobretudo quando articulado a práticas didáticas inovadoras, como projetos interdisciplinares e ações culturais, pode ser um potente instrumento de inclusão e reflexão crítica sobre o território vivido e representado pelos estudantes.

O projeto desenvolvido com a turma do 7º ano demonstrou que, ao valorizar as expressões dos alunos por meio de teatro, desfile, cartazes e releituras artísticas, é possível construir um espaço de aprendizagem sensível às diversidades e realidades socioespaciais dos sujeitos. A participação ativa dos estudantes permitiu não apenas a compreensão de conteúdos geográficos, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, de comunicação e cidadania. Esse tipo de vivência pedagógica evidencia a potência da escola pública como espaço de criação coletiva e de reconhecimento das desigualdades.

A heterogeneidade socioespacial, longe de ser um obstáculo, revelou-se uma oportunidade pedagógica quando abordada de forma crítica e contextualizada. As diferenças entre os estudantes, suas origens, culturas e formas de expressão foram valorizadas no processo educativo, promovendo uma aprendizagem mais significativa. A escola, nesse contexto, assume o papel de mediadora das relações sociais e espaciais, contribuindo para a construção de uma consciência territorial e cidadã desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Ao longo do estudo, tornou-se evidente que a formação docente precisa articular teoria e prática de forma dialógica e permanente. As experiências formativas pontuais, sem vínculo com o cotidiano escolar, pouco contribuem para a consolidação de práticas pedagógicas consistentes. A valorização das experiências dos próprios professores, aliada à reflexão crítica sobre o uso da IA e das desigualdades socioespaciais, é essencial para a constituição de um currículo vivo, integrado e transformador.

As políticas públicas voltadas à formação docente devem ser repensadas à luz das realidades locais e das necessidades dos educadores. É imprescindível considerar os contextos socioespaciais das escolas e as condições reais de trabalho dos professores, promovendo ações formativas que integrem tecnologia, diversidade e inclusão. A formação docente eficaz deve ser contínua, colaborativa e sensível aos desafios impostos pelas transformações tecnológicas e sociais contemporâneas.

Este trabalho aponta para a urgência de se reconfigurar o papel da escola pública como um espaço de resistência, criação e justiça social. O ensino de Geografia, aliado à perspectiva crítica da heterogeneidade socioespacial, pode contribuir para formar sujeitos reflexivos e atuantes, capazes de

compreender e transformar o espaço em que vivem. A formação docente, nesse sentido, deve ser entendida como um processo ético, político e coletivo, que ultrapassa a instrumentalização técnica e se compromete com a construção de uma educação democrática e emancipada.

REFERÊNCIAS

- ALCOBIA, O. O mercado turístico global na perspectiva geográfica de Milton Santos. *Revista Trilhas da História*, v. 11, n. 1, p. 88-104, 2021. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13703>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- ALMEIDA, L. C. As desigualdades e o trabalho das escolas: problematizando a relação entre desempenho e localização socioespacial. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 22, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/p7Pvs4NGGJjLRbrNjwqdqrt>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CASTRO, E. A.; SANTOS, M. A. dos. Relações étnico-raciais no ensino de Geografia: uma experiência com o Almanaque Afro-Geográfico. *Revista Signos*, Goiânia, v. 7, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/79873>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- CIRQUEIRA, D. M. Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/download/29824626/Dissertacao_Concurso_Palmares.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.
- DANTAS, H. P.; SANTORO, L. C. O meu lugar: imagens, saberes e vivências. In: *Encontro Nacional De Práticas De Ensino De Geografia*, 14., 2019, Campinas. Anais [...]. Campinas: UNICAMP, 2019. Disponível em: <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/download/2921/2784>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- FELÍCIO, W. F. Concepções sobre o conceito de paisagem e sua inserção no ensino de Geografia: elementos para uma investigação. *Revista EduGeo*, Recife, v. 11, n. 21, p. 25-40, 2021. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/992>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- FRANCO, M. A. R. *Análise de conteúdo: um contributo às técnicas de análise da informação*. Lisboa: Edições Sílabo, 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação: percurso investigativo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- GHEDIN, E.; FRANCO, C. P. *Didática e prática de ensino de história: entre a teoria e a prática*. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LIMA JÚNIOR, G. S. Os problemas socioambientais no ensino de Geografia: as questões locais nos anos finais do ensino fundamental. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24085>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MARTINS, R. L. O ensino de geografia e a tessitura de sentidos sobre o trabalho informal: entendimentos a partir de uma sequência didática construída junto com estudantes de uma escola pública. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/22077>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MARVILA, R. A percepção do espaço escolar a partir da vivência de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental do Município de Vila Velha – ES. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/705>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PAVANI, M. R.; MELLO, M. A. A heterogeneidade criadora juvenil e a elaboração de sua condição cidadã com o suporte das ferramentas digitais. Revista EduGeo, Recife, v. 15, n. 25, 2025. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1409>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SAMPAIO, G. M. Q. O ensino da cidade contemporânea: a fragmentação socioespacial no currículo paulista. Revista Eletrônica de Geografia, Campinas, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3944>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SANTOS, J. E. Desordem e regresso: a “nova” reforma do ensino médio e a deficiência cívica sem o saber pensar o espaço e sem o saber nele agir. Boletim do Observatório da Geografia, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/e84e7231a5fa3e5f4f3c5ea8edca76dedc1ea58c.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SANTOS, L. H. Ensino de Geografia e teatro no espaço escolar: possibilidades e desafios. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/a34a02e4-8d1d-43ad-95e8-67443f78998a/download>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, A. S. Juventudes e movimento de ocupação das escolas: caminhos e desafios para o ensino de Geografia. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31707>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, M. L. V. de. Uma leitura socioespacial da Geografia escolar desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Papa Paulo VI. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/10136>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SUZANO JUNIOR, B. F. Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da Geografia Renovada à História. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/1e1f8b8e-20d3-4a1d-87d4-834b12931b07/download>. Acesso em: 15 jul. 2025.